

## CRÍTICA À INTERPRETAÇÃO DE JEAN-LUC MARION AO ARGUMENTO ONTOLÓGICO DE ANSELMO

Alexsandro de Souza Bergmasco\*

**Resumo:** Discute-se nesse artigo<sup>1</sup>, a interpretação apresentada de Marion sobre o argumento da prova da existência de Deus de Anselmo no *Proslogium*. Com objetivos não metafísicos, Marion interpreta o argumento da prova da existência de Deus de Anselmo, descartando a possibilidade de o argumento ser considerado ontológico. Para Marion, desconsiderando o caráter ontológico do argumento, resultaria na impossibilidade de considerar uma metafísica através desse argumento. Como defesa do argumento ontológico de Anselmo, Barreto sustenta que a natureza do argumento de Anselmo não corresponde a noção de ontologia formulada por Kant, base da argumentação de Marion.

**Palavras-chave:** Ontológico. Anselmo. Marion. Kant.

## CRITIQUE OF JEAN-LUC MARION'S INTERPRETATION OF ANSELM'S ONTOLOGICAL ARGUMENT

**Abstract:** This article discusses Marion's presented interpretation of Anselm's argument for the proof of the existence of God in the *Proslogium*. For non-metaphysical purposes, Marion interprets Anselm's argument for proof of God's existence, ruling out the possibility that the argument is considered ontological. For Marion, disregarding the ontological character of the argument, it would result in the impossibility of considering a metaphysics through this argument. As a defense of Anselm's ontological argument, Barreto maintains that the nature of Anselm's argument does not correspond to the notion of ontology formulated by Kant, the basis of Marion's argumentation.

**Keywords:** Ontological. Anselmo. Marion. Kant.

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

1 Esse texto é um aprofundamento de uma pesquisa anterior publicada. Desse modo, o primeiro tópico desse artigo intitulado "A evidência da existência de Deus na interioridade humana" já foi reescrito e incorporado na parte inicial desse artigo.

## Considerações iniciais

O problema da existência de Deus é uma questão clássica da filosofia ocidental. Essa discussão toma corpo com o surgimento das escolas medievais e especialmente com as reflexões iniciadas pelo Prior Anselmo de Aosta.<sup>2</sup> De acordo com Francesco Tomatis, “a argumentação decorrente de Anselmo é de tal modo fecunda para a reflexão filosófica posterior que de Descartes a Spinoza e Hegel é posta como fundamento dos próprios sistemas especulativos” (2003, p.5).

A ação de conhecer é sinônima de um modo de pensar o qual implica a pesquisa filosófica, compreendida como o conjunto de argumentos intermediários entre a ignorância e o saber. Nesse sentido, pretende-se apontar o estudo da argumentação sobre o problema da existência de Deus, mais especificamente a questão da ideia de Deus de acordo com o modo de pensar de Anselmo de Aosta. Em um segundo momento, apresentar apenas a noção de ontologia compreendida por Marion no qual o autor francês pauta sua crítica e por fim uma defesa do argumento de Anselmo através de uma argumentação de Barreto no que toca sua natureza.

### 1 A evidência da existência de Deus na interioridade humana

As reflexões de Anselmo acerca da existência de Deus são iniciadas quando os monges da abadia de Bec insistiram para que ele redigisse algumas de suas meditações sobre a essência divina. De acordo com essa insistência, tal escrito não deveria recorrer ao auxílio das Escrituras Sagradas, mas tão somente

---

<sup>2</sup> 1033-1109.

ao ordenamento lógico da razão. Esse empreendimento resultou na obra intitulada *Monologion*, uma tentativa de provar a existência de Deus de maneira puramente racional e sem o auxílio das Sagradas Escrituras, ou seja, uma maneira de encontrar as razões da fé *ratio fidei*<sup>3</sup>.

Insatisfeito, Anselmo ponderou seus argumentos da primeira obra de modo que nessa obra haviam vários argumentos os quais dificultavam o entendimento da essência divina, então, iniciou a redação de uma nova obra. No *Proslogion*, Anselmo busca encontrar tão somente um argumento (*unum argumentum*) irrefutável que não necessite de demonstração *a posteriori* da substância divina. Já no Proêmio da obra, o filósofo endosa sua intenção:

Comecei a pensar comigo mesmo se não seria possível encontrar um único argumento que, válido em si e por si, sem nenhum outro, permitisse demonstrar que Deus existe verdadeiramente e que ele é o bem supremo (ANSELMO, 1979, p.97).

O objetivo de Anselmo é claro: buscar compreender aquilo que ele acredita existir através de um simples argumento o qual se origina da interioridade humana. Nas palavras do Prior, “um argumento suficiente, em suma, para fornecer provas adequadas sobre aquilo que cremos acerca da substância divina” (ANSELMO, 1979, p.97).

Com o objetivo de que a verdade dilate o coração, a exposição do argumento é feita nos capítulos II e III do *Proslogion*. No capítulo II, Anselmo acredita que Deus é o “ser do qual não é possível pensar nada maior (*aliquid quo nihil majus cogitari non potest*)” (1979, p.102). Vejamos uma passagem na qual

---

<sup>3</sup> O *Monologion* resultou em quatro argumentos desenvolvidos sobre a essência divina, os quais podem ser resumidos em dois: a ideia do bem absoluto e ideia de causa (Vida e obra in: ANSELMO, Santo. Monólogo. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores), p. VI – XIII).

Anselmo, elenca a própria compreensão de Deus na qual o argumento é firmado.

Então, ô Senhor, tu que nos concedeste a razão em defesa da fé, faze com que eu conheça, até quando me é possível, que tu existes assim como acreditamos, e que és aquilo que acreditamos. Cremos, pois, como firmeza, que és um ser do qual não é possível pensar nada maior. Ou será que um ser assim não existe porque “o incipiente, disse em seu coração: Deus não existe”? Porém, o incipiente, quando eu digo: “o ser do qual não se pode pensar nada maior”, ouve o que digo e o compreende. Ora, aquilo que ele compreende se encontra em sua inteligência, ainda que não possa compreender que exista realmente (ANSELMO, 1973, P. 108).

É notório na passagem que o conceito de Deus está na mente de todo ser pensante. Esse Deus possui alguns atributos de bondade sabedoria, inteligência, grandeza, etc. Uma vez esse Deus pensando, necessariamente estaria contido esses atributos. Do mesmo modo, não seria possível pensar em um Deus não existente.

O argumento de Anselmo que De acordo com Tomatis, Anselmo demonstra a existência de Deus enquanto ser perfeitíssimo (*ens perfectissimum*). “Deus é aquele ser tão perfeito, perfeitíssimo, que deve ser incluída na sua perfeição, aquela perfeição que é a existência” (TOMATIS, 2003, p.18). Então, ele não pode existir apenas no pensamento, mas também na realidade. Aqui nota-se uma noção de identidade entre ser e pensar. Essa noção será importante para compreender a distinção entre a argumentação de Anselmo e a argumentação de Marion.

Para Anselmo, “o ser do qual não se pode pensar nada maior existe, sem dúvida, na inteligência e na realidade” (1979, p.102), pois se existisse apenas na

inteligência poderíamos pensar outro ser também na realidade e até maior. Logo, se é Deus, perfeitíssimo, precisa existir na inteligência e na realidade, pois uma coisa é certamente maior quando pensada existente tanto na inteligência quanto na realidade.

No capítulo III do *Proslogion*, Anselmo está certo da evidência de Deus para a razão humana, ou seja, que *'aliquid quo nihil majus cogitari non potest'*, existe necessariamente na inteligência e na realidade. Para Tomatis, nesse capítulo, Anselmo “demonstra a existência de Deus enquanto *ens necessarium*, ser necessário pelo próprio pensamento, porque Deus não pode ser pensado como não existente: para pensá-lo, devemos pensá-lo como existente” (2003, p.18).

Na verdade, Anselmo está ciente de que o finito não pode conhecer o infinito, mas tão somente admitir que a ideia de Deus seja evidente. “Se a mente humana conseguisse conceber algo maior que Tu, a criatura elevar-se-ia acima do Criador e formularia um juízo acerca do Criador. Coisa extremamente absurda” (1979, p.103). Daí que o insensato, aquele que diz não existir Deus, não admite o argumento de que Deus é *aliquid quo nihil majus cogitari non potest*, pois, segundo Anselmo, o insensato manifesta uma carência de raciocínio. A ideia de Deus existe também no coração do insensato, mas ele não admite porque exige uma demonstração *a posteriori* de Deus, processo que se faz para conhecer as coisas sensíveis (imanes) e não as inteligíveis.

A tentativa anselmiana de resumir a existência de Deus em um argumento único será transmitida à filosofia moderna por René Descartes o qual, na obra *Meditações*, não faz nenhuma menção explícita de Anselmo, mas retoma a prova ontológica <sup>4</sup> da existência de Deus para justificar o conhecimento.

---

<sup>4</sup> “A definição de ‘prova ontológica’ não é de santo Anselmo, nem de Descartes, mas foi formalizada por Kant sob a guia da denominação de ‘ontologia’ fixada por Christian Wolff para o estudo do ente enquanto ente, a filosofia primeira aristotélica na interpretação de Francisco

Posteriormente, encontramos em Kant, a noção de ontologia formulada e atribuída ao argumento de Anselmo.

## 2 Crítica de Marion ao argumento de Anselmo

Qual é o verdadeiro sentido do argumento ontológico? Anselmo objetiva apresentar uma metafísica a partir do seu argumento? Seria possível refutar o caráter ontológico do argumento? A partir dessas questões, analisaremos a argumentação de Marion.

Como mencionado anteriormente, o argumento de Anselmo foi conceitualmente classificado de argumento ontológico, apenas depois de um longo período posterior a sua própria elaboração, com Kant. Esse ensejo é o ponto de partida para entrarmos na discussão apresentada por Marion.

Marion lança algumas questões que norteiam sua crítica ao argumento. Vejamos alguns desses questionamentos: Por que o argumento demorou tanto tempo para se classificado como ontológico? Sob o ponto de vista dos conceitos, poderia Anselmo desenvolver o argumento ontológico sem utilizar o conceito de ontologia? E ainda, reitera Marion, o argumento aparece na esfera do ser? Essa esfera é tal como apresentada por Heidegger? Mas Marion vai mais além e questiona: o argumento de Anselmo poderia alcançar sucesso sem qualquer apelo a ontologia como tal definida pela metafísica?

Marion pretende analisar o primeiro pensador a classificar o argumento de Anselmo de ontológico e lança a questão: O que Kant pretendia ao classificá-lo ontológico? Para levar a cabo essa empreitada, Marion estabelece três etapas. Vejamos o objetivo principal dessas etapas.

---

Suárez (1548-1617), cujas *Disputationes Metaphysicae* (1597) foram decisivas na formação de Descartes, Wolff e de toda a filosofia moderna" (TOMATIS, 2003, p.39).

a) Determinar as características de tal argumento "ontológico" de acordo com Kant; (b) Verificar se e como alguns pensadores da história da metafísica preparam ou cumprem essas características; (c) Decidir se o argumento de Anselmo (e talvez, até certo ponto, de Descartes) concorda ou discorda com essas características e, como consequência, com qualquer "argumento ontológico" no sentido kantiano adequado (MARION, 1992, p. 203).

Passemos a interpretação que Marion faz sobre o argumento de Anselmo sob o ponto de vista kantiano. Marion inicia destacando o que seria considerado um argumento ontológico de acordo com o prisma kantiano. "Merece ser denominado "ontológico" quando atinge a existência de um ser supremo ou privilegiado por meio de puro conceito" (MARION, 1992, p. 203). Marion ainda endossa que:

Ontológico não indica a simples realização do ser como existência, mas sim o fato bastante extraordinário de que este ser atinge a existência somente por meio de sua essência pura. O argumento ontológico torna-se realmente "ontológico" apenas na medida em que prova a existência (como outras provas) sob duas condições excepcionais (totalmente à parte de todas as outras provas): (i) partindo de um conceito puro; (ii) partindo de um conceito puro de essência (MARION, 1992, p. 203).

Marion observa as interpretações Kantianas e estabelecem essas duas condições para que o argumento seja considerado ontológico. A partir desse instante, Marion constrói uma argumentação tendo por base a definição ontológica Kantiana e observa que o argumento não cumpre dois requisitos distintos da interpretação metafísica e que, por essas razões, não podem ser considerado ontológico.

Nesse momento é importante fazermos uma observação: O conceito ontológico foi atribuído ao argumento de Anselmo posteriormente a sua elaboração como bem observa Tomatis. Vejamos uma passagem no qual o autor faz esse comentário:

A definição de 'prova ontológica' não é de santo Anselmo, nem de Descartes, mas foi formalizada por Kant sob a guia da denominação de 'ontologia' fixada por Christian Wolff para o estudo do ente enquanto ente, a filosofia primeira aristotélica na interpretação de Francisco Suárez (1548-1617), cujas *Disputationes Metaphysicae* (1597) foram decisivas na formação de Descartes, Wolff e de toda a filosofia moderna (TOMATIS, 2003, p.39).

Após essa observação, é importante notar que Marion está apegando a interpretação que é atribuída, quanto a sua formalização do argumento de Anselmo como ontológico a Kant. Uma possível crítica à posição de Marion se daria a justificar a natureza ontológica do argumento de Anselmo. Objetivo seguinte de nossa argumentação.

### 3 Observações à interpretação de Marion

Uma questão importante a observar é quanto ao método utilizado por Marion. O autor Francês utiliza a compreensão, do conceito de ontologia, segundo prisma formulado por Kant. A partir desse viés kantiano, Marion insiste em atribuir uma crítica ao argumento de Anselmo, dando-lhe significação transcendental. O próprio Kant "atribuir o termo transcendental não no sentido de uma relação do pensamento com as coisas, mas apenas de uma relação do pensamento com a própria faculdade de pensar (BARRETO, 2019, p. 385)."

Segundo Marion, “devemos concluir paradoxalmente que o argumento de Anselmo visa algo transcendente, mas inacessível apenas através do teste transcendental de nossa *Cogitatio*” (MARION, 1992, p. 209). Para Barreto, a argumentação de Marion é distinta da própria compreensão de ontologia compreendido e formulado por Kant. Para Barreto, “o argumento é considerado ontológico por haver um laço entre o pensamento verdadeiro e o ser e não no sentido kantiano, de uma indevida passagem do conceito ao ser (BARRETO 386).” Para Barreto, Marion restringe o *intellectus* o de Anselmo ao empírico transcendental do entendimento (*Verstand*).

Nota-se que há uma posição necessariamente kantiana de Marion sobre a interpretação do argumento de Anselmo. A partir dessa compreensão do argumento tal qual compreendido formulada por Kant na qual Marion se apega, é que Barreto instaura a sua crítica.

Marion insiste em fazer a seguinte questão “por que deveria o impensável ser pensado em segundo grau como se fosse uma entidade real? (MARION, 1992, p. 209).” Para Barreto, esta pergunta evidencia a não compreensão de Marion sobre a natureza do argumento de Anselmo. Pois, o Deus transcendental, tal qual compreendido por Anselmo, não é limitado. Esse ser pensado é um ser no qual é o melhor pensado possível. Evidentemente pensado de acordo com o *intellectus* de quem o pensa.

Em uma passagem no Proslógio, Marion compreende a limitação do próprio ser enquanto pensador do conceito de Deus. Pois, Anselmo pensa o ser do qual seria o máximo pensável, por ser aquilo do qual não se possa pensar nada de maior. Importante notar também, que o próprio fato de pensar esse *aliquid quo nihil majus cogitari non potest*, não limita objeto de investigação nesse caso, o próprio Deus. Barreto, considerar que pelo fato de “Deus está na

realidade porque ele não está no entendimento seria uma grosseira deturpação do pensamento de Anselmo (BARRETO, 2019, p. 387)."

O argumento de Anselmo considerado como *aliquid quo nihil majus cogitari non potest*, resulta em uma demonstração que a proposição Deus existe é necessária. Seguindo essa linha de pensar, uma proposição necessária é verdadeira. Nesse sentido, uma realidade verdadeira implicaria numa Existência desse objeto de investigação. Ou seja, a proposição de Anselmo é necessária, verdadeira e implica a existência real de Deus. Barreto considera que a interpretação equivocada de Marion é firmada quanto à própria interpretação da metafísica do argumento de Anselmo. Falta, na interpretação de Marion, captar a própria natureza do argumento. Marion, não compreendendo a natureza ontológica do argumento de Anselmo. Marion considera o caráter ontológico do argumento, a passagem de um conceito ao ser, desconsiderando "a relação mais profunda entre pensamento e realidade postulado em sua doutrina na verdade como *rectitudo* que diz respeito à questão do ser" (BARRETO, 2019, p. 387)."

Barreto argumenta que desconsiderando a compreensão de ontologia formulada por Kant, "determina incontestavelmente uma dimensão ontológica da prova da existência de Deus no *Proslogion* (BARRETO, 2019, p. 387)." Barreto ainda insiste destacando a incompreensão de Marion quanto à natureza do argumento de Anselmo, pois não faz menção ao projeto especulativo de Anselmo bem como não menciona a doutrina da verdade que é o fundamento do próprio argumento.

## Considerações finais

Frente ao exposto, torna-se notória a importância de uma reflexão a partir do argumento ontológico de Santo Anselmo, bem como a sua importância e repercussão na contemporaneidade de sua elaboração. Fica claro que há muitas críticas ao argumento de Anselmo. A primeira delas com o próprio Gaunilo, posteriormente encontra-se em Kant, entre outras. A crítica de Marion apresentada, nesse trabalho, visa considerar a impossibilidade de um caráter ontológico ao argumento de Anselmo. Porém, nota-se que Barreto, ao analisar o próprio argumento, utiliza de uma estratégia colocando em questão o fundamento da crítica de Marion.

Barreto analisa o próprio argumento de Anselmo, a partir de uma noção ontológica desvinculada da formulação kantiana, proporcionando um caráter de eficácia em sua análise de desconstrução de toda a argumentação de Marion. Bastou provar que Marion analisou apenas uma interpretação formulada por Kant e deixou de lado a própria natureza da formulação do argumento de Anselmo. Desconsiderando a natureza do argumento de Anselmo, todas as questões posteriormente elencadas por Marion, direcionadas ao argumento de Anselmo, deixam de haver necessidade de resposta.

## Referências

ABBAGNANO Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 1014 p.

ANSELMO, Santo. **Monólogo**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).

ANSELMO, Santo. **Proslógio**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).

BARRETO, Marco Heleno. Sobre a natureza do argumento de Anselmo: uma crítica à interpretação de Jean Luc Marion. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 46, n. 145, p. 376-392, maio/ago. 2019.

COTTINGHAM, John. **Dicionário de Descartes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 139.

DESCARTES, René. **Discurso do método**: as paixões da alma. 4. ed, v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 154 p. (Os pensadores).

DESCARTES, René. **Meditações; Objeções e respostas; Cartas**. 4. ed, v. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 174 p. (Os pensadores).

HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5. ed. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KANT, Immanuel. The only possible argument in support of a demonstration of the existence of God. In: WALFORD, David; MEERBOTE, Ralf (Editores). **Immanuel Kant**: theoretical philosophy, 1755-1770. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MARION, J. L. Is the ontological argument ontological? The argument according to Anselm and its metaphysical interpretation according to Kant. **Journal of the History of Philosophy**, v. 30, n. 02, p. 201-218, abr. 1992.

SCIACCA, Michele Federico. **História da filosofia**: do humanismo a Kant. v. 2. São Paulo: Mestre Jou, 1962. 218 p.

TOMATIS, Francesco. **O argumento ontológico**: a existência de Deus de Anselmo a Schelling. São Paulo: Paulus, 2003. 155 p. (Filosofia).